

ViaRondon
Concessionária
de Rodovia S.A.

**Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais - ITR em
31 de março de 2016**



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Triade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone 55 (16) 2106-6700, Fax 55 (16) 2106-6767
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Lins - São Paulo

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações trimestrais tomadas em conjunto.

São Carlos, 13 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	1
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	21
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	54



RUBRICADO PARA
FINS DE IDENTIFICAÇÃO

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	144.500.450
Preferenciais	144.499.550
Total	289.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0




DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	987.886	1.012.289
1.01	Ativo Circulante	50.814	78.367
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.997	13.223
1.01.02	Aplicações Financeiras	29.949	47.023
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	29.949	47.023
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	29.949	47.023
1.01.03	Contas a Receber	9.861	10.602
1.01.03.01	Clientes	9.861	10.602
1.01.07	Despesas Antecipadas	146	345
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.861	7.174
1.01.08.03	Outros	5.861	7.174
1.01.08.03.01	Adiantamento à Fornecedores	3.788	1.476
1.01.08.03.02	Outros Créditos	2.073	5.698
1.02	Ativo Não Circulante	937.072	933.922
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.363	640
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.363	640
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.363	640
1.02.03	Imobilizado	5.920	6.126
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.920	6.126
1.02.04	Intangível	929.789	927.156
1.02.04.01	Intangíveis	929.789	927.156
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	929.789	927.156





 RUBRICADO PARA
 FINS DE IDENTIFICAÇÃO

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	987.886	1.012.289
2.01	Passivo Circulante	142.676	524.308
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.216	3.892
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.216	3.892
2.01.02	Fornecedores	27.666	31.815
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	27.666	31.815
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.878	2.319
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.878	2.319
2.01.03.01.02	Outros	1.878	2.319
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	86.756	467.431
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	61.801	64.803
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	61.801	64.803
2.01.04.02	Debêntures	24.955	402.628
2.01.05	Outras Obrigações	3.134	190
2.01.05.02	Outros	3.134	190
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	3.022	0
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	112	190
2.01.06	Provisões	19.026	18.661
2.01.06.02	Outras Provisões	19.026	18.661
2.02	Passivo Não Circulante	627.985	275.438
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	581.577	231.173
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	184.094	231.173
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	184.094	231.173
2.02.01.02	Debêntures	397.483	0
2.02.03	Tributos Diferidos	21.218	21.548
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.218	21.548
2.02.04	Provisões	25.190	22.717
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.406	1.321
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	718	724
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	688	597
2.02.04.02	Outras Provisões	23.784	21.396
2.03	Patrimônio Líquido	217.225	212.543
2.03.01	Capital Social Realizado	246.811	225.811
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-29.586	-13.268



DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	47.712	52.363
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-32.634	-34.889
3.03	Resultado Bruto	15.078	17.474
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.836	-735
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.836	-735
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.242	16.739
3.06	Resultado Financeiro	-29.890	-27.811
3.06.01	Receitas Financeiras	1.172	1.662
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.062	-29.473
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-16.648	-11.072
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	330	326
3.08.02	Diferido	330	326
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-16.318	-10.746
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-16.318	-10.746
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,05646	-0,03718




DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-16.318	-10.746
4.03	Resultado Abrangente do Período	-16.318	-10.746



DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-15.501	9.038
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	21.913	26.692
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	-16.318	-10.746
6.01.01.02	Depreciação	200	181
6.01.01.03	Amortização	4.280	4.408
6.01.01.04	Baixa do Intangível	213	143
6.01.01.05	Provisão para Manutenção	3.996	3.869
6.01.01.06	Reversão da provisão para demandas judiciais	85	-13
6.01.01.07	Encargos financeiros s/ empréstimos e financiamentos e debentures	29.692	29.176
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-330	-326
6.01.01.09	Baixa do Imobilizado	95	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-37.414	-17.654
6.01.02.01	Contas a receber	741	2.159
6.01.02.03	Outros créditos/despesas pagas antecipadamente e depósitos judiciais	789	-1.654
6.01.02.04	Fornecedores	-4.505	-6.301
6.01.02.05	Obrigações tributárias	-441	-485
6.01.02.06	Obrigações Sociais	324	463
6.01.02.07	Contas a Pagar	278	3
6.01.02.08	Juros de empréstimos e financiamentos e debentures pagos	-36.379	-11.839
6.01.02.09	Adiantamento de clientes	3.022	0
6.01.02.10	Realização da provisão para manutenção	-1.243	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	9.859	-14.484
6.02.01	Aplicações Financeiras	-65.584	-25.411
6.02.02	Resgate das aplicações	82.658	22.318
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-89	-1.190
6.02.04	Adição ao intangível	-7.126	-10.201
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.584	10.272
6.03.01	Integralização de Capital	21.000	0
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	-23.584	-8.974
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos	0	19.246
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.226	4.826
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.223	28.019
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.997	32.845



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	225.811	0	0	-13.268	0	212.543
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	225.811	0	0	-13.268	0	212.543
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-16.318	0	-16.318
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-16.318	0	-16.318
5.05.02.06	Prejuízo do Exercício	0	0	0	-16.318	0	-16.318
5.07	Saldos Finais	225.811	0	0	-29.586	0	196.225



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	225.811	0	23.622	0	0	249.433
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	225.811	0	23.622	0	0	249.433
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.746	0	-10.746
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-10.746	0	-10.746
5.05.02.06	Prejuízo do Exercício	0	0	0	-10.746	0	-10.746
5.07	Saldos Finais	225.811	0	23.622	-10.746	0	238.687



DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 31/03/2016	Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	51.366	56.142
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	44.158	45.964
7.01.02	Outras Receitas	83	69
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	7.125	10.109
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-23.909	-25.532
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.361	-8.412
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.423	-7.011
7.02.04	Outros	-7.125	-10.109
7.03	Valor Adicionado Bruto	27.457	30.610
7.04	Retenções	-4.479	-4.589
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.479	-4.589
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	22.978	26.021
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.172	1.662
7.06.02	Receitas Financeiras	1.172	1.662
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	24.150	27.683
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	24.150	27.683
7.08.01	Pessoal	4.860	4.574
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.658	3.476
7.08.01.02	Benefícios	942	823
7.08.01.03	F.G.T.S.	249	250
7.08.01.04	Outros	11	25
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.236	4.278
7.08.02.01	Federais	2.033	2.063
7.08.02.02	Estaduais	152	83
7.08.02.03	Municipais	2.051	2.132
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.372	29.577
7.08.03.01	Juros	31.058	29.241
7.08.03.02	Aluguéis	314	336
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-16.318	-10.746
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-16.318	-10.746



Relatório da Administração - 1º Trimestre de 2016
Comentário do Desempenho
SENHORES ACIONISTAS

Atendendo às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. relativos ao período encerrado em 31 de março de 2016, acompanhadas do Relatório de Revisão dos auditores independentes.

APRESENTAÇÃO

ViaRondon é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que tem como objeto realizar, mediante cobrança de pedágio, a exploração do corredor rodoviário Marechal Rondon Oeste, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação e melhorias. Em 06 de maio de 2009 a Companhia assumiu a concessão, pelo prazo de 30 (trinta) anos, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Marechal Rondon Oeste, que consistem em 416,763 Km, dos quais 331,130 Km da Rodovia Marechal Rondon (SP-300) e 85,633 Km de 23 rodovias de acessos. As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo e a rodovia é operada de acordo com o contrato de concessão celebrado com o Governo do Estado de São Paulo, na forma do Edital nº 006/08 (“Contrato de Concessão”).

O mapa abaixo mostra o trecho explorado pela Companhia:



Relatório da Administração – 1º Trimestre de 2016
Comentário do Desempenho

Ao término da concessão, todos os bens reversíveis e direitos vinculados à exploração da concessão pela Companhia serão revertidos ao Estado de São Paulo, o poder concedente, de forma gratuita e não onerosa. No entanto, caso a concessão seja extinta antes do término do seu prazo, a Companhia terá direito à indenização de correspondente ao saldo não amortizado de seus investimentos desde que essenciais para a continuidade da administração das rodovias sob sua concessão.

Em termos de movimentação de cargas e passageiros, os volumes de tráfego no corredor rodoviário administrado pela Companhia são mais altos nas proximidades das seguintes cidades Bauru, Avai, Pirajuí, Lins, Guaiçara, Birigui e Araçatuba, apresentando em toda sua extensão tráfego médio diário superior a 67 mil veículos. O tráfego atual, calculado pela métrica de veículo equivalente, é composto por um expressivo volume de ônibus e caminhões, que representam cerca de 61,92% do movimento total da rodovia.

A Companhia tem como principal fonte de receita o recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, acessórias ou alternativas a fonte principal, como rendimentos decorrentes de aplicações financeiras, cobrança por publicidade, entre outras.

A Companhia iniciou suas operações em 06/05/2009, cobrando tarifas de pedágio em 4 praças que já operavam sob a administração do DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo. No final do primeiro trimestre de 2010, a Companhia passou a operar em sua plena capacidade, com a construção de mais 4 praças, além de 2 praças antigas que cobravam em apenas 1 sentido e passaram a cobrar de maneira bidirecional. Segue a relação das praças de pedágio localizadas no trecho administrado pela Companhia.

P1 – Avai	Km 367 + 700
P2 – Pirajuí	Km 400 + 800
P3 – Promissão	Km 455 + 700
P4 – Glicério	Km 479 + 900
P5 – Rubiácea	Km 562 + 000
P6 – Lavínia	Km 590 + 400
P7 – Guaraçai	Km 621 + 200
P8 – Castilho	Km 655 + 400

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

A Companhia firmou o Contrato de Concessão em 06 de maio de 2009, comprometendo-se, dessa forma, a realizar um programa de investimentos durante os 30 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio. Ao longo do ano de 2009, a Companhia se dedicou essencialmente à construção de quatro novas praças de pedágio e bases de operação e também aos trabalhos iniciais de recuperação da rodovia.



Comentário do Desempenho

Como esperado em projetos desta natureza, a fase inicial de operação de concessões rodoviárias requer investimentos significativos. Para fazer frente a suas obrigações contratuais, a Companhia tem contado com o suporte dos acionistas, bem como com os recursos de terceiros.

A cobrança de pedágio nas quatro praças já existentes iniciou em maio de 2009 e no final do primeiro trimestre de 2010, a Companhia passou a operar em sua plena capacidade, com a construção de mais 04 praças, além de 02 praças antigas que cobravam em apenas 01 sentido e passaram a cobrar de maneira bidirecional. A tabela abaixo apresenta os principais dados operacionais e financeiros apurados durante o exercício de 31 de março de 2016 comparativos aos de 31 de março de 2015:

Principais Dados e Indicadores	31/03/2016	31/03/2015
Tráfego - milhares de unidades		
Veículos	5.757	5.688
Veículos Equivalentes	9.729	10.982
Número de Funcionários	482	471
Receita Líquida de Pedágio - R\$ milhões	40,5	42,2
Lucro Líquido de Pedágio - R\$ milhões	15,1	17,4
Margem Bruta %	37,2%	41,2%

A Companhia alcançou em 31 de março 2016 cerca de R\$ 40,5 milhões de Receita Líquida relativo a pedágio, a partir de um volume de 5,8 milhões de veículos que trafegaram na rodovia. E no mesmo período, foram feitos aproximadamente 4,5 mil atendimentos aos usuários.

RECURSOS HUMANOS

Outro grande benefício trazido pela Companhia à região do corredor Marechal Rondon Oeste é geração de empregos diretos e indiretos, através da contratação de mão-de-obra e serviços terceirizados. A companhia encerrou o período de 31 de março de 2016 com uma geração de 482 empregos diretos.

A ViaRondon busca profissionais que compartilhem dos mesmos valores da empresa, ou seja, profissionais atualizados, comprometidos com a segurança e bem estar dos usuários da rodovia, que exerçam sua responsabilidade sobre o meio ambiente, sua cidadania e, acima de tudo, que sejam transparentes e proativos na geração do desenvolvimento social.

RECEITA BRUTA

A receita bruta está dividida entre Receita de Construção e Receita de Pedágio, conforme detalhadas abaixo:

RECEITA DE CONSTRUÇÃO


Relatório da Administração – 1º Trimestre de 2016
Comentário do Desempenho

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

Os custos de construção para realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e portanto não o reconhece margem de lucro nas atividades das concessões.

A receita de construção em 31 de março de 2016 foi R\$ 7,1 milhões. Valor inferior ao apresentado em 31 março de 2015 que foi R\$ 10,1 milhões.

RECEITA DE PEDÁGIO

A receita líquida com arrecadação de pedágios da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de março de 2016 foi de aproximadamente R\$ 47,7 milhões que representou uma redução de 9% em relação ao mesmo período de 2015, quanto a receita foi de aproximadamente R\$ 52,3 milhões.


CUSTOS

Os custos dos serviços prestados em 31 de março de 2016 atingiram aproximadamente R\$ 25,5 milhões, valor superior ao registrado em 31 de março de 2015 quando os custos atingiram aproximadamente cerca de R\$ 24,8 milhões.

INVESTIMENTOS

Os investimentos a serem realizados pela Companhia estão previstos no Contrato de Concessão, que determina metas que a Companhia precisa atingir no prazo da Concessão. Referidas obrigações de investimento podem ser divididas em três fases, conforme explicado abaixo.



Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre de 2016

A primeira fase é denominada "Programa Intensivo Inicial" com duração de 6 meses a partir da assinatura do Contrato de Concessão, sendo que, nessa etapa, a Companhia fez investimentos para melhorar os piores aspectos das condições das rodovias, aumentar a segurança, minimizar problemas críticos que representam riscos imediatos aos usuários e aos sistemas existentes, aumentar os níveis de conforto dos usuários e modernizar a aparência das rodovias. Nessa fase, a Companhia fez ainda reparos no pavimento e recuperou a sinalização da pista.

A segunda fase é uma continuação do trabalho concluído na primeira etapa, embora em menor escala, consistindo, basicamente, na realização de manutenção e melhorias nas rodovias. Atualmente, a Companhia se encontra nessa segunda fase.

Na terceira etapa a Companhia está obrigada a desenvolver trabalhos de duplicação, reparo e melhoria de suas rodovias, ao mesmo tempo em que deve continuar a desempenhar suas obrigações relativas à segunda fase.

A Companhia pretende financiar a maior parte de seu programa de investimentos por meio da geração de caixa próprio, da contratação de novos financiamentos e da emissão de valores mobiliários no mercado de capitais.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Como parte de sua política de responsabilidade ambiental, a Companhia obteve em 25 de fevereiro de 2011 as certificações ISO 14001:2004 (Gestão Ambiental), ISO 9001:2008 (Gestão da Qualidade) e na norma OHSAS 18001:2007 (Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional), compondo um sistema de gestão integrado para o escopo de operação de serviços em rodovias, abrangendo os sistemas de apoio aos usuários, atendimento pré hospitalar e de resgate, monitoramento das rodovias, engenharia, conservação, segurança viária das rodovias.

Nesse sentido, a Companhia tem promovido diversas ações visando conscientizar os funcionários e a população da região para evitar desperdício e poluição ao meio ambiente, conforme listado abaixo:

- **Março de 2012** – Campanha "Dia Mundial da Água".
- **Março de 2012** - Campanha Uso Racional da Água | Dia Mundial da Água".
- **Junho de 2013** – Campanha "Operação Corta Fogo".
- **Fevereiro de 2014** - Projeto de Educação Ambiental "Capacitação dos Professores" em parceria com a Secretaria Municipal da Educação do município de Andradina, com a aplicação de técnicas para desenvolver projetos ambientais junto com os alunos do ensino fundamental do município, com a elaboração do caderno do professor que servirá de base para os demais professores, os professores que estão participando da curso da capacitação se tornarão multiplicadores".
- **Março de 2014** - Atividades em parceria com o Departamento de Água e Esgoto do município de Penápolis, em comemoração ao Dia Mundial da Água".



Comentário do Desempenho
Relatório da Administração - 1º Trimestre de 2016

- **Março de 2014** - Distribuição de Squizee tipo cantil, para todos os colaboradores da Concessionária, com o objetivo de reduzir o consumo de copos descartáveis, em comemoração ao Dia Mundial da Água”.
- **Maior de 2014** – Treinamento de capacitação dos professores da rede pública do ensino fundamental em Educação Ambiental nos dias 06 e 07 de Maio, com a participação de 35 professores;
- **Junho de 2014** – Participação em parceria com o Departamento de Água e Esgoto de Penápolis e SABESP de Lins em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente;
Início da Campanha Corta Fogo em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e ARTESP, visando a redução dos focos de incêndio na faixa de domínio da rodovia;
Lançamento do Projeto de Capacitação dos Professores do ensino fundamental em Educação Ambiental no município de Lins;
- **Julho de 2014** – participação no Pit Stop realizado no dia 24 no pátio do Posto Cacique no km 527 no município de Araçatuba, com apresentação de material visando a conscientização ambiental dos usuários da rodovia quanto aos riscos de parar no acostamento para efetuar a entrega de alimentos para animais na faixa de domínio; impacto causado pelo descarte de resíduos na faixa de domínio; riscos de caracterização de crime ambiental na compra/venda de animais silvestres; cuidados com descarte de ponteira de cigarro (bituca) acessa na faixa de domínio podendo provocar focos de incêndios, colocando em risco a segurança viária e provocando sérios danos ao meio ambiente.
- **Agosto de 2014** - Treinamento de capacitação dos professores da rede pública do ensino fundamental em Educação Ambiental nos dias 13 e 14, na cidade de Andradina com a participação de 40 professores.
- **Setembro de 2014** – Participação em conjunto com o Departamento de Água e Esgoto de Penápolis, SABESP de Lins nas campanhas de conscientização ao Dia da Árvore.
- **Outubro de 2014** - participação no Pit Stop realizado no dia 23 no pátio do Posto Graal no km 342 no município de Bauru, com apresentação de material visando a conscientização ambiental dos usuários da rodovia quanto aos riscos de parar no acostamento para efetuar a entrega de alimentos para animais na faixa de domínio; impacto causado pelo descarte de resíduos na faixa de domínio; riscos de caracterização de crime ambiental na compra/venda de animais silvestres; cuidados com descarte de ponteira de cigarro (bituca) acessa na faixa de domínio podendo provocar focos de incêndios, colocando em risco a segurança viária e provocando sérios danos ao meio ambiente; Treinamento interno Sobre preservação do Meio Ambiente nos departamentos da Concessionária, sendo eles: faixa de domínio, operações, engenharia.
- **Março de 2015** – Atividades em parceria com Sabesp e prefeitura de Lins, em comemoração ao Dia Mundial da Água”, com soltura de 2.000 alevinos, distribuição de sementes de crotalária (prevenção da dengue) e oficina terrário.
- **Maior de 2015** – Doação de 01 biodigestor para Associação dos Oleicultores de Lins e região, APOL. O equipamento possui capacidade para receber até 1.300 litros de efluentes (esgoto



Comentário do Desempenho

Relatório de Administração - 1º Trimestre de 2016

- produzido por residências), transformando a matéria orgânica em fertilizante e gás metano, através de processo de decomposição pela ação de bactérias anaeróbicas, ou seja, que não dependem de oxigênio.
- **Junho/2015** – Combate ao mosquito da Dengue com orientação a todos os motoristas e mutirão de limpeza ao longo de todo o trecho.
 - **Junho/2015** - Participação em parceria com o Departamento de Água e Esgoto de Penápolis e SABESP de Lins na Semana do Meio Ambiente com plantio de 500 mudas de árvores nativas; Início da Campanha Corta Fogo em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e ARTESP, visando a redução dos focos de incêndio na faixa de domínio da rodovia; Participação no Pit Stop pátio do Posto Cacique no km 527 no município de Araçatuba, com apresentação de material visando a conscientização ambiental dos usuários da rodovia quanto aos riscos de parar no acostamento para efetuar a entrega de alimentos para animais na faixa de domínio; riscos de caracterização de crime ambiental na compra/venda de animais silvestres.
 - **Setembro/2015** – Participação em conjunto com o Departamento de Água e Esgoto de Penápolis na campanha de conscientização ao Dia da Árvore.
 - **Dezembro/2015** – Campanha da Piracema em Conjunto com a Polícia Ambiental - Com o objetivo de orientar usuários que trafegam pela Rodovia Marechal Rondon (SP-300) sobre o período de piracema, o departamento de Responsabilidade Social e Ambiental da ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A, realizou em 3/12, juntamente com a Polícia Militar Ambiental de Bauru e Araçatuba, a entrega de 30 mil adesivos a motoristas nas praças de pedágio de Avaí (Km 367+767), Glicério (497+910) e Castilho (Km 655+800), de 14 a 18/12 - Campanha para gestão de resíduos sólidos com a implantação dos “Minhocários”, uma forma de compostagem caseira, em todas as Bases de Atendimento ao Usuário “SAU’s”
 - **Março/2016** – Dia Mundial da Água, campanha encabeçada pela Sabesp e apoiada pelos departamentos de Engenharia Ambiental e Responsabilidade Social da Via Rondon, com folhetos explicativos sobre o tema e oficinas terrário “ Mini Eco- sistema em frascos de vidro” ação realizada na Escola EMEI Alda Terezinha Perchez de Queiroz (22/03/2016) e Soltura de 3000 alevinos da espécie Piracanjuba na nascente do Rio Campestre, participaram dessa ação 50 crianças com seus familiares, com a participação de várias autoridades, dentre elas: Delegado de Polícia, Tenente Coronel de Exército, Comandante do Corpo de Bombeiros, Coordenadores da Sabesp e Vereadores.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como parte de sua política de responsabilidade social, a Companhia investe e amplia anualmente seu escopo de atuação em ações de melhoria contínua no âmbito social, econômico e ambiental.



Comentário do Desempenho

Tendo como compromisso promover ações que conscientizem, orientem e envolvam os usuários das rodovias, comunidades dos municípios limieiros aos trechos administrados por nossas empresas e colaboradores, a Companhia realiza campanhas, palestras, ações em conjunto com a Polícia Militar Rodoviária, participação em eventos, apoio e incentivo a diversas atividades:

- **Janeiro/2014** – Campanha Educativa para colaboradores de uma grande empresa local, tendo como tema Direção Defensiva; Campanha para Aferição da Pressão Arterial, realizada nos Postos de Combustíveis às margens da rodovia Marechal Rondon, nos municípios de Bauru, Avai, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai;
- **Fevereiro/2014** – Campanha Educativa com usuários – Carnaval, Campanha educativa interna sobre Carnaval com foco a prevenção de DSTs; Campanha de mobilização para Doação de Sangue; Campanha Educativa junto aos proprietários limieiros sobre Animais na Pista e Guarda Responsável; Projeto de educação no Trânsito BR City, em Pirajuí; Campanha de educação no Trânsito Município de Pirajuí; Campanha para Aferição da Pressão Arterial, realizada nos Postos de Combustíveis às margens da rodovia Marechal Rondon, nos municípios de Bauru, Avai, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai; Campanha interna sobre Dia Nacional de Combate as Drogas e Alcoolismo;
- **Março/2014** – Ação Educativa junto à comunidade de Lins, tendo como foco o Dia Mundial da Água; Ação Educativa interna sobre o Dia Mundial da Água; Projeto de educação no Trânsito BR City, em Bauru; Campanha para Aferição da Pressão Arterial realizada nos Postos de Combustíveis às margens da rodovia Marechal Rondon, nos municípios de Bauru, Avai, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai e Andradina; Participação no Projeto Águas do Amanhã, junto de autarquia municipal de Penápolis; Campanha Interna Dia Internacional da Mulher; Campanha interna de conscientização sobre Síndrome de Down;
- **Abril/2014** - Campanha para Aferição da Pressão Arterial, realizada às margens da rodovia Marechal Rondon nos Postos de Combustíveis nos municípios de Bauru, Avai, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai; Campanha para a Doação de Agasalhos em benefício do Fundo Social de Solidariedade de Lins; Páscoa Solidária, doação de ovos de chocolate a instituição filantrópica de atendimento a crianças;
- **Maio/2014** - Campanha para Aferição da Pressão Arterial, realizada nos Postos de Combustíveis às margens da rodovia Marechal Rondon nos municípios de Bauru, Avai, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai; Projeto de educação no Trânsito BRCity, em Araçatuba; Apoio para ação educativa voltada para crianças do ensino fundamental, realizada pela Polícia Militar Rodoviária, em Araçatuba; Campanha Interna Dia das Mães; Campanha Município Lins Faça Bonito, contra exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes.
- **Junho/2014** - Campanha para Aferição da Pressão Arterial, realizada nos Postos de Combustíveis às margens da rodovia Marechal Rondon nos municípios de Bauru, Avai, Guarantã, Penápolis, Coroados, Araçatuba, Bento de Abreu, Guaraçai; Ação Educativa para o



Relatório da Administração - 1º Trimestre de 2016
Comentário do Desempenho

- uso da Passarela, realizada nos municípios de Bauru e Andradina; Campanha para Doação de Sangue, em Bauru; Lançamento do Curso de Multiplicadores em Meio Ambiente, no município de Lins; Projeto de Educação no Trânsito BR City, em Presidentes Alves; Campanha de mobilização para Doação de Sangue;
- **Julho/2014** – Divulgação Programa Na Mão Certa e Disque 100 (Disque Direitos Humanos) e pesquisa com caminhoneiros em Pit Stop município de Araçatuba; Campanha de mobilização para Doação de Sangue;
 - **Agosto/2014** - Projeto de Educação no Trânsito BR City, em Araçatuba;
 - **Setembro/2014** - Projeto de Educação no Trânsito BR City, em Penápolis; Divulgação Programa Na Mão Certa e Disque 100 (Disque Direitos Humanos) e pesquisa com caminhoneiros em Pit Stop município de Bauru;
 - **Outubro/2014** - Projeto de Educação no Trânsito BR City, em Cafelândia; “Pit Stop Para a Vida” Aferição de Pressão Arterial, Glicemia e Instruções de Uso do Canal de Denúncia de Exploração Sexual Disque 100 (Bauru - Posto Graal); Mês de Prevenção ao Câncer de Mama “Outubro Rosa” (Ação Interna); Dia Mundial do Coração (Ação Interna);
 - **Novembro/2014** - Mês de Prevenção ao Câncer de Próstata “Novembro Azul” (Ação Interna);
 - **Dezembro/2014** - Mês de Conscientização Prevenção ao HIV (Ação Interna);
 - **Fevereiro de 2015** – Campanha Educativa Interna – Carnaval, Campanha educativa interna sobre Carnaval com foco a prevenção de DSTs; Projeto de educação no Trânsito BR City, em Pirajuf.
 - **Março de 2015** – Campanha Interna Dia Internacional da Mulher; Ação Educativa junto à comunidade de Lins, tendo como foco o Dia Mundial da Água; Ação Educativa interna sobre o Dia Mundial da Água;
 - **Abril de 2015** –Dia Nacional de Combate e Prevenção à Hipertensão Arterial, realizada nas Bases Via Rondon (SAUs), Base da PMRV Bauru, Base da PMRV Araçatuba, Sede Administrativa ViaRondon; Páscoa Solidária, doação de ovos de chocolate a instituição filantrópica de atendimento a crianças; Projeto de educação no Trânsito BRCity, em Avai; Combate ao mosquito da Dengue com orientação a todos os motoristas e mutirão de limpeza ao longo de todo o trecho.
 - **Mai de 2015** – Dia Nacional Contra Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes ao longo de todo o trecho; Campanha Interna Dia das Mães; Campanha Interna Dia das Mães; Projeto de educação no Trânsito BRCity, em Penápolis; Campanha de orientação a qual incentiva o respeito às leis de Trânsito e a direção segura com motociclistas em Penápolis, Andradina e Araçatuba; ; Ação Educativa para o uso da Passarela, realizada no município de Bauru.



Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Trimestre de 2016

- **Junho/2015** - Campanha para a Doação de Agasalhos em benefício do Fundo Social de Solidariedade de Lins; Campanha para todos os usuários orientando a não dirigir após o uso de bebidas alcólicas; Pesquisa com caminhoneiros, aferição de pressão arterial, saúde bucal, orientações sobre uso da camisinha e DST's e orientações na parte ambiental no Pit Stop no município de Araçatuba. Projeto de educação no Trânsito BRCity, em Presidente Alves
- **Julho/2015** - Campanha de mobilização para Doação de Sangue do município de Lins.
- **Agosto/2015** - Campanha de mobilização para Doação de Sangue do município de Bauru; Projeto de educação no Trânsito BR City, em Bauru.
- **Setembro/2015** – Participação na semana do trânsito na cidade de Bauru com o Projeto de Educação no Trânsito em parceria com a Artesp; Pesquisa com usuários em Pit Stop realizado no município de Bauru;
- **Outubro/2015** - Entre os dias 08 e 14 Projeto Social de Educação no Transito "BR CITY" em Guaíçara beneficiando 126 alunos, no dia 20.10 Palestra ministrada pela médica Dr.^a Ana Lúcia Gentilli, responsável pelo laboratório de patologia de Lins, na sede da empresa para 31 colaboradoras com enfoque no combate ao câncer de mama, "OUTUBRO ROSA", e nos dias 29 e 30 a equipe esteve no hemonúcleo de Araçatuba onde foram arrecadadas 190 bolsas de sangue.
- **Novembro/2015** – Entre os dias 05 e 16 Projeto Social de Educação no Transito "BR CITY" em Valparaíso beneficiando 222 alunos, em 06.11 palestra com Urologista Dr. Kleber Eduardo Piedade em relação ao câncer de próstata "NOVEMBRO AZUL" beneficiando 22 colaboradores; dia 25 Dia Nacional do doador de Sangue em Bauru Hospital de Base, arrecadando 105 bolsas de sangue; e dia 26 Campanha de Conscientização sobre DST's e HIV, incluindo exames gratuitos em parceria com o CTA de Lins.
- **Dezembro/2015** – Dia 18 "NATAL SOLIDÁRIO" Colaboradores da empresa se uniram e realizaram uma doação de 60 brinquedos e distribuíram refrigerantes, bolo e salgados para as crianças da Creche São Benedito de Lins.
- **Janeiro/2016** – Dia 29, Campanha de Doação de Sangue no Hemonúcleo de Lins (Parceria com Exército, Polícia Militar e Bombeiros), arrecadado 54 bolsas de sangue.
- **Março/2016** – Campanha dia da Mulher, distribuição de Brindes para as colaboradoras e "Dia de Beleza" na sede da empresa; Páscoa Solidária, Distribuição de 37 ovos de chocolate aos usuários do lar de Cegos "CREBIM", e realização de um café da manhã em parceria com o Buffet Albertino de Lins;



Comentário do Desempenho
Relatório da Administração - 1º Trimestre de 2016

Como Resultado deste esforço, a ViaRondon recebeu a certificação internacional nas normas ISO 9001, ISO14001 e OHSAS 18001, respectivamente Sistema de Gestão de Qualidade, Sistema de Gestão em Meio Ambiente e Sistemas de Gestão em Saúde e Segurança do Trabalho.

**PARECER DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e também com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09.

INSTRUÇÃO CVM 381/03

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, KPMG Auditores Independentes, não prestaram durante o período findo em 31 de março de 2016 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

AGRADECIMENTOS

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da Companhia.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações Trimestrais em
31 de março de 2016

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Argemiro Sandoval, nº 30, Jardim Americano, Lins - São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da Concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$411.000, dos quais R\$82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na rodovia.

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do período findo em 31 de março de 2016, a Companhia apresentou prejuízo de R\$19.449 e capital circulante líquido negativo de R\$ 104.991. Para fazer frente a suas obrigações contratuais a Companhia conta com o suporte dos acionistas por meio de integralizações de capital, sendo que no trimestre findo em 31 de março de 2016 já houve aumento de capital no montante R\$ 21.000, bem como com recursos de terceiros, previstos para ocorrer nos planos de negócio da Companhia. As informações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia.

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações trimestrais foram preparadas de acordo com o Pronunciamento técnico CPC 21 (R1)/IAS 34 Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A emissão das informações trimestrais da Companhia foi autorizada pela Administração em 13 de maio de 2015.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas do CPC e as normas IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a. Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 5(c)** - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 13** - Determinação da vida útil e recuperabilidade do ativo intangível;
- **Notas explicativas nº 17 e 19** - Provisão para manutenção e Provisão para contingências - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 18** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e sua controlada estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao CFO.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das informações trimestrais em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.**

Adicionalmente, diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Aplicações financeiras

Os valores justos de aplicações financeiras são baseados em informações de instituições financeiras, os quais são idênticos aos valores contábeis.

(ii) Empréstimos e recebíveis

O valor justo de empréstimos e recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

futuros apurados na data de apresentação que se equipara ao valor contábil em função do curto prazo de recebimento.

(iii) **Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações trimestrais.

5 **Base de mensuração**

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

6 **Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais.

(i) **Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) **Ativos financeiros não derivativos - mensuração**

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do período.



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia e sua controlada.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(i) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
 Informações trimestrais em
 31 de março de 2016

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

d. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

(i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
 Informações trimestrais em
 31 de março de 2016

condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

(ii) Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "Direito de Outorga", no ativo intangível (nota explicativa nº 15). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego pelo prazo da concessão.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

(v) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão. A amortização é reconhecida no resultado.

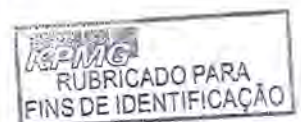
A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Software

5 anos

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**(i) Ativos financeiros (não derivativos)**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia e sua controlada não identificaram qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

f. Benefícios a empregados**(i) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

gg. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Provisão de manutenção - Contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

h. Receita operacional**(i) Receita de pedágio**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem



Notas Explicativas

*ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016*

ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro a aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de informações trimestrais e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

k. Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

l. Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio.

m. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não adotou estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas informações trimestrais da Companhia.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Ativos e Passivos Regulatórios)
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11)
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas
- *Investment Entities: Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes normas ou modificações possam ter impacto significativo nas informações trimestrais da Companhia.


RPMG
RUBRICADO PARA
FINS DE IDENTIFICAÇÃO

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
 Informações trimestrais em
 31 de março de 2016

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2016	31/12/2015
Caixa	1	1
Bancos conta movimento	4.836	13.062
Fundo de troco/numerários trânsito	160	160
	<u>4.997</u>	<u>13.223</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 25.

9 Aplicações financeiras

	31/03/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras	29.949	47.023

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, veja maiores detalhes nas notas explicativas nº 14 e 15.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 25.

10 Contas a receber

	31/03/2016	31/12/2015
Pedágio eletrônico	8.983	9.471
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	323	837
Visa (vale-pedágio)	240	167
DBTrans S/A	122	120
Outros	193	7
	<u>12.686</u>	<u>10.602</u>

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe ajuste para provisão para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

11 Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores no trimestre findo em de 31 de março de 2016 e 2015:

Descrição	31/03/2016	31/03/2015
Diretores estatutários	11	9

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Primeiros saldos

	Nota	Saldo em aberto em	
		31/03/2016	31/12/2015
Ativo circulante			
<i>Outros créditos</i>			
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	623	623
BRVias S.A.	(i)	3.522	3.549
Total do ativo		4.145	4.172
Passivo circulante			
<i>Serviços prestados</i>			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	153	143
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	79	335
BRVias S.A.	(vii)	853	-
Noroestecom Telecomunicações S.A.	(ix)	-	9
Total fornecedores (nota explicativa nº 16)		1.085	487
<i>Dividendos a pagar</i>			
BR Vias Holding VRD	(viii)	-	487
Total do passivo		11.085	487

b. Transações que afetaram o resultado

	Nota	Valor da transação no período encerrado	
		31/03/2016	31/03/2015
<i>Serviços prestados</i>			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	(438)	(445)
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	(282)	(266)
BRVias S.A.	(vii)	(1.245)	(619)
Barbará Obras e Edificações Ltda.	(ii)	(31)	(107)
Avine Engenharia Ltda EPP	(v)	(82)	(82)
Noroestecom Telecomunicações S.A.	(ix)	(20)	(9)
Conservação Sorocabana Ltda.	(ii)	(1)	(10)
Marília Transporte Ltda.	(iii)	(2)	(10)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	(37)	(10)
Total de despesas com fornecedores		(2.138)	(1.558)

- (i) São serviços administrativos tais como publicação de balanço e outros que foram pagos pela Companhia;
- (ii) As transações referem-se à execução direta e/ou indireta as obras e serviços de engenharia previstas nos itens do programa de exploração de rodovia;
- (iii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iv) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (v) Serviços de consultoria de engenharia;
- (vi) Serviços de consultoria administrativa;
- (vii) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhado; e
- (viii) Dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
- (ix) Outros serviços diversos.

Em 20 de junho de 2013, conforme ata de debenturistas, a BRVias Holding TBR S.A. e a controladora BRVias Holding VRD S.A. passaram a ser fiadoras das debêntures emitidas pela Companhia.



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

Em 16 de julho de 2015 a Administração da Companhia solicitou a alteração da fiadora das debentures BR Vias Holding TBR S.A., por meio de Ata da Assembleia Geral dos Debenturistas da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, no qual foi aprovado a substituição da fiança atualmente prestada pela BR Vias Holding TBR S.A., com consequente exclusão da BR Vias Holding TBR S.A. da relação contratual apresentada pela Escritura de Emissão, pela Breda Transportes e Serviços S.A. e Calas Participações S.A., integrantes do grupo Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil - Telecomunicações e Eletrônica S.A., sem que tal substituição resulte, de nenhuma forma, no vencimento antecipados das Debêntures.

12 Imobilizado

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2015					
Adições	2.308	3.024	1.530	131	6.993
	1.734	1.913	124	-	3.771
Saldo em 31 de dezembro de 2015					
Adições	4.042	4.937	1.654	131	10.764
Baixas	24	-	65	-	89
	-	(95)	-	-	(95)
Saldo em 31 de março de 2016	4.066	4.842	1.719	131	10.758
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2015					
Depreciação no período	(1.172)	(2.029)	(554)	(41)	(3.796)
	(521)	(181)	(113)	(27)	(842)
Saldo em 31 de dezembro de 2015					
Depreciação no período	(1.693)	(2.210)	(667)	(68)	(4.638)
	(120)	(34)	(40)	(6)	(200)
Saldo em 31 de março de 2016	(1.813)	(2.244)	(707)	(74)	(4.838)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2015	2.349	2.727	987	63	6.126
Em 31 de março de 2016	2.253	2.598	1.012	57	5.920

13 Intangível

	Praças de pedágio	Recuperação Da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga(i)	Outros-concessão(ii)	Software	Total
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2015	34.992	362.063	7.697	413.597	82.469	1.828	902.646
Aquisições e construções	95	71.820	99	-	33.232	1.143	106.389
Baixas	-	-	-	-	(174)	-	(174)
Saldo em 1º de janeiro de 2016	35.087	433.833	7.796	413.597	115.527	2.971	1.008.861
Aquisições e construções	3	2.315	(42)	-	4.803	47	7.126
Baixas	-	-	-	-	(86)	-	(86)
Saldo em 31 de março de 2016	35.090	436.198	7.754	413.597	120.244	3.018	1.015.901
Amortização acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(7.364)	(12.206)	(1.424)	(36.998)	(4.622)	(876)	(63.490)
Amortização do exercício	(633)	(7.834)	(141)	(7.467)	(2.086)	(54)	(18.215)
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(7.997)	(20.040)	(1.565)	(44.465)	(6.708)	(930)	(81.705)
Amortização do período	(148)	(1.837)	(33)	(1.742)	(506)	(14)	(4.280)
Baixas	-	-	-	-	(127)	-	(127)
Saldo em 31 de março de 2016	(8.145)	(21.877)	(1.597)	(46.208)	(7.341)	(944)	(86.112)
Valor líquido contábil							
Em 31 de dezembro de 2015	27.090	413.843	6.231	369.132	108.819	2.041	927.156
Em 31 de março de 2016	26.945	414.321	6.157	367.389	112.903	2.074	929.789

(ii) Conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
 Informações trimestrais em
 31 de março de 2016

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada Custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

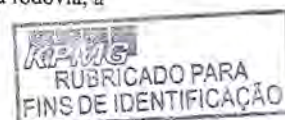
14 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 25.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	31/03/2016	31/12/2015
Finame-BNDES (i)	5,50%	-	2021	1.664	2.024
Finem-BNDES (ii)	2,41%	TJLP	2025	144.844	178.577
Finem-BNDES (ii)	2,41%	UMIPCA-M.	2025	72.547	89.443
Capital de giro	2,25%	CDI	2016	26.096	25.042
Leasing	17,09% a 19,68%	-	2015 - 2016	744	890
Total (iii)				245.895	295.976
Circulante				61.801	64.803
Não circulante				184.094	231.173

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.
- (ii) Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Recursos que foram e serão utilizados para investimentos na rodovia. O valor total de R\$343.706, sendo que, até 31 de dezembro de 2015, foram liberados R\$274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$41.923 será liberado durante o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas porções de desembolso para cada subcrédito.

A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e E), 15 de novembro de 2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 9 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Em dezembro de 2011 foi liberado o montante de R\$140.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$57.676 do Subcrédito A, R\$23.103 do Subcrédito B, R\$35.000 do Subcrédito C e R\$24.222 do Subcrédito D.

Em outubro de 2012 foi liberado o montante de R\$29.000 e em 14 de dezembro de 2012 foi liberado o montante de R\$6.000, referente ao subcrédito "C". Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em abril de 2013 foi liberado o montante de R\$30.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$18.694 do Subcrédito C e R\$11.306 do Subcrédito D. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em maio e junho de 2014 foram liberados o montante de R\$50.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$35.700 do Subcrédito H, R\$14.300 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em janeiro, maio e junho de 2015 foram liberados o montante de R\$46.783, referentes aos seguintes subcréditos: R\$7.511 do Subcrédito C, R\$28.039 do Subcrédito H e R\$11.233 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Aval da Comporte Participações S.A e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A, até que sejam cumpridas certas obrigações contratuais.

As garantias reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

O financiamento ainda conta com a garantia no montante de R\$41.923 através de fiança bancária, que serão resgatadas quando da apresentação dos contratos de garantia ao BNDES.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$2.809 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. Em 31 de dezembro de 2015 o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$1.824.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes:

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$20.000, com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Patrimônio líquido/Ativo total maior ou igual a 20%;
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,2;
 - Manter o índice "Dívida líquida / EBITDA anualizado" igual ou menor do que 5 (cinco) até dezembro de 2015, e



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

igual ou menor do que 4 (quatro) a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, sendo que para o período encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atingiu o índice de Dívida líquida / EBITDA de 6,35 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 5. A Administração da Companhia obteve cartas de consentimento (*waiver*) por parte do credor e das instituições financeiras fiadoras da referida operação até 31 de dezembro de 2015 para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e período de seis meses a encerrar-se em 30 de junho de 2016, sendo a próxima medição a ser realizada por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de março de 2016 a Companhia possuía R\$41.923 de linha de crédito aprovada junto ao BNDES e a liberar. A liberação ocorre mediante a comprovação dos investimentos previstos no cronograma de desembolsos apresentado ao BNDES.

- (iii) Os empréstimos e financiamentos possuem, em 31 de dezembro de 2015, taxa média ponderada de 7,92% a.a.

O saldo classificado como não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	RS
2017	28.434
2018	28.434
2019	28.434
2020	28.462
2021 - 2025	70.331
Total	184.095

15 Debêntures

Tipo de operação	Taxa de juros a.a.	31/03/2016	31/12/2015
Debêntures	7,75% a.a + IPCA	422.438	402.628
Circulante		24.955	402.628
Não circulante		397.483	-

Em 04 de junho de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027. As Debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 7,75% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 (doze) meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

- Fiança da Comporte Participações S.A e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e, a partir de 30 de junho de 2014, da BRVias Holding VRD S.A. e BRVias Holding TBR S.A. Devido a negociação realizada das ações da BRVias Holding TBR S.A., está em processo de substituição dos fiadores, veja nota explicativa nº 13.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com o contrato de financiamento do BNDES da modalidade FINEM, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

- As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,3;
 - Manter o índice “Dívida líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5,1 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 4,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2017, igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.
 - Manter o índice “Dívida líquida / Patrimônio líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.
 - Patrimônio líquido/Ativo total maior ou igual a 20%;
 - Manter o índice “EBITDA/Despesas financeira” anualizado igual ou maior do que 1,5 até dezembro de 2016, igual ou maior do que 2,0 até dezembro de 2017 e igual ou maior do que 2,5 a partir janeiro de 2018 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para exercício findos em dezembro de cada ano, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não atingiu os índices de Dívida líquida / EBITDA de 6,35 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 4,5, e EBITDA/Despesas financeira de 1,05 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou maior que 1,5, e como consequência, o montante de R\$385.779 em 31 de dezembro de 2015, foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 (IAS 1), uma vez que o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado em não exigir pagamento antecipado como consequência do descumprimento do compromisso, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações financeiras. A Administração da Companhia solicitou aos credores em 14 dezembro de 2015 a repactuação das condições das debêntures objetivando adequar os referidos *covenants* para as condições econômicas atuais, bem como anuência para o seu descumprimento. Em 29 de março de 2016, os credores concordaram, em uma Assembleia Geral de Debenturistas, em não decretar o vencimento antecipado (*waiver*), em atendimento a solicitação da Administração da Companhia, afastando a hipótese de vencimento antecipado pelo não atendimento destes *covenants*, motivo pelo qual em 31 de março de 2016 os saldos voltaram a ser classificados em função dos vencimentos originais.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$2.214 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2015 é de R\$1.719.

O saldo vincendo a mais de 12 meses possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	RS
2018	11.557
2019	19.801
2020	23.791
2021	27.781
2022 - 2027	314.553
Total	397.483



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

16 Fornecedores

	Nota	31/03/2016	31/12/2015
Fornecedores - Partes relacionadas	11	1.085	487
Fornecedores diversos		11.008	13.960
Medições a pagar		1.680	1.809
Retenções (i)		13.893	15.559
Total		27.666	31.815

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

17 Provisão para manutenção - Contrato de concessão

A Companhia constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	31/03/2016	31/12/2015
Passivo circulante	19.026	18.661
Passivo não circulante	23.784	21.396
Total	42.810	40.057

Movimentação da provisão para manutenção

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo inicial	40.057	22.260
Realização por consumo	(1.243)	-
Adições	3.996	17.797
Saldo final	42.810	40.057

18 Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de março de 2016 a Companhia reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	31/03/2016	31/12/2015
Passivos		
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(29.120)	(29.450)
	<u>(30.453)</u>	<u>(30.783)</u>
Ativos		
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	22.401	17.714
Provisão para manutenção	6.987	6.051
Outras provisões temporárias	1.064	1.035
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	(21.217)	(15.565)
	<u>9.235</u>	<u>9.235</u>
	<u>(21.218)</u>	<u>(21.548)</u>

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) - Tributos Sobre o Lucro.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de março de 2016	Saldo em 31 de dezembro de 2015	2016	2015
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	22.401	17.714	4.687	3.941
Provisão para manutenção	6.987	6.051	936	(1.518)
Outras provisões temporárias	1.064	1.035	29	1.035
(-) Ativo fiscal não reconhecido	(21.217)	(15.565)	(5.652)	(15.565)
	9.235	9.235	-	(12.107)
Passivo				
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)	-	-
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(29.120)	(29.450)	330	8.884
	<u>(30.453)</u>	<u>(30.783)</u>	<u>330</u>	<u>8.992</u>
	<u>(21.218)</u>	<u>(21.548)</u>	<u>330</u>	<u>(3.223)</u>

a. Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	31/03/2016	31/03/2015
a. Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	65.884	51.392

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
 Informações trimestrais em
 31 de março de 2016

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(16.648)	(33.667)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	5.660	11.447
(-) Adições permanentes	(115)	(328)
(+) Exclusões permanente	386	352
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(5.652)	(15.565)
(-) Compensação de prejuízo fiscal	-	48
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	(609)	823
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(330)	(3.223)
	2%	10%

19 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de março de 2016, está provisionado o montante de R\$1.406 (R\$1.321 em 2015), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial	597	724	1.321
Constituição de provisão	91	(6)	85
Saldo final	688	718	1.406

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$3.840 em 31 de março de 2016 (R\$ 4.811 em 2015). A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$26.500 (nota explicativa nº 26) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/03/2016		31/12/2015	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	75	1.231	67	3.630
Trabalhistas	29	2.609	18	1.181
Total	88	3.840	85	4.811

KPMG
 RUBRICADO PARA
 FINS DE IDENTIFICAÇÃO

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
 Informações trimestrais em
 31 de março de 2016

20 Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em 31 de março de 2016 o capital social da Companhia era composto de R\$ 289.000, sendo R\$ 225.811 já integralizados e R\$ 63.189 a integralizar e está representado por 144.500.450 de ações ordinárias e 144.499.550 de ações preferenciais (idêntico em 2015).

Em 13 de maio de 2016, a única acionista da Companhia, BRVias Holding VRD S.A., decidiu consignar e ratificar a integralização de parte do capital social da Companhia, no montante total de R\$ 28.000, sendo que R\$ 21.000 refere-se a recursos integralizados até 31 de março de 2016.

b. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar em 2014 foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Conforme comentado na nota explicativa nº 14, por conta do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia não poderá distribuir dividendos superiores ao dividendo mínimo obrigatório.

21 Receita operacional líquida

Abaixo a composição da receita operacional líquida:

	31/03/2016	31/03/2015
Receita de pedágios		
Receita de construção	44.158	45.964
Receitas acessórias	7.125	10.109
Outras receitas	83	69
Tributos incidentes	7	31
	<u>(3.661)</u>	<u>(3.810)</u>
Total	47.712	52.363

22 Gastos por natureza

Abaixo a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

	31/03/2016	31/03/2015
Serviços de terceiros		
Com pessoal	(9.275)	(8.425)
Amortização e depreciação	(5.616)	(5.290)
Constituição de provisão de manutenção	(4.606)	(4.588)
Custo de contrato concessão	(3.996)	(3.870)
Outros	(2.610)	(2.549)
	<u>(1.242)</u>	<u>(793)</u>
Total	(27.345)	(25.515)
Custo dos serviços prestados	(25.509)	(24.780)
Despesas administrativas e gerais (i)	(1.836)	(735)
Custo de construção	(7.125)	(10.109)

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

KPMG
 RUBRICADO PARA
 FINS DE IDENTIFICAÇÃO

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
 Informações trimestrais em
 31 de março de 2016

23 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015 foram:

	31/03/2016	31/03/2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.172	1.662
Total das receitas financeiras	1.172	1.662
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(29.402)	(29.131)
Outras despesas financeiras	(1.660)	(342)
Total das despesas financeiras	(31.062)	(29.473)
Resultado financeiro líquido	(29.890)	(27.811)

24 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/ IAS 33 (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015.

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

Período	Resultado do período	Quantidade Ponderada de ações	Resultado por ação Básico e diluído - RS - Expresso em Reais
2016	(16.318)	289.000.000	(0,05646)
2015	(10.746)	289.000.000	(0,03718)



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

25 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

31 de março de 2016	Nota	Valor contábil			Total	Valor justo			Total
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	4.997	-	4.997	-	-	-	-
Aplicação financeira	9	29.949	-	-	29.949	-	29.949	-	29.949
Contas a receber de clientes	10	-	12.686	-	12.686	-	-	-	-
Outros créditos	-	-	2.073	-	2.073	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	245.895	245.895	-	245.895	-	245.895
Debêntures	15	-	-	422.438	422.438	-	422.438	-	422.438
Fornecedores	16	-	-	27.666	27.666	-	-	-	-
Adiantamento de cliente	-	-	-	3.022	3.022	-	-	-	-

31 de dezembro de 2015	Nota	Valor contábil			Total	Valor justo			Total
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	13.223	-	13.223	-	-	-	-
Aplicação financeira	9	47.023	-	-	47.023	-	47.023	-	47.023
Contas a receber de clientes	10	-	10.602	-	10.602	-	-	-	-
Outros créditos	-	-	5.698	-	5.698	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	295.976	295.976	-	295.976	-	295.976
Debêntures	15	-	-	402.628	402.628	-	402.628	-	402.628
Fornecedores	16	-	-	31.815	31.815	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2016.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

Cronograma de amortização da dívida

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

Em 31/03/2016	Contábil	Fluxo contratual	2016	2017	Acima de 2018
Empréstimos e financiamentos	245.895	358.365	47.096	41.412	269.857
Debêntures	422.438	778.215	-	-	778.215
Fornecedores	30.799	30.799	30.799	-	-
	<u>699.132</u>	<u>1.167.379</u>	<u>77.895</u>	<u>41.412</u>	<u>1.048.072</u>

RPM
RUBRICADO PARA
FINS DE IDENTIFICAÇÃO

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
 Informações trimestrais em
 31 de março de 2016

Em 31/12/2015	Contábil	Fluxo contratual	2.016	2.017	Acima de 2017
Empréstimos e financiamentos	295.976	435.936	72.907	67.031	295.548
Debêntures	402.628	864.287	31.924	35.219	797.144
Fornecedores	31.815	31.815	31.815	-	-
	<u>730.419</u>	<u>1.332.038</u>	<u>136.646</u>	<u>102.250</u>	<u>1.092.692</u>

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de março de 2016 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Perfil

Na data das informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Risco	Valor contábil	
		31/03/2016	31/12/2015
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		2.408	2.914
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	TJLP	144.844	178.577
Empréstimos e financiamentos	UMIPCA-M.	72.547	89.443
Capital de giro	CDI	26.096	25.042
Debêntures	IPCA	422.438	402.628

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA, CDI e TJLP, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA, CDI e TJLP.

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA de acordo com as projeções obtidas pelo BACEN - Relatório FOCUS e a TJLP obtida no BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ambas em 31 de março de 2016.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA, CDI e TJLP é apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2016	Risco	Cenários (*)					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Empréstimos e financiamentos	144.844	Aumento TJLP	7,50%	(10.863)	9,38%	(13.579)	11,25%	(16.295)
Empréstimos e financiamentos	72.547	Aumento UM-IPCA	1,68%	(1.219)	2,10%	(1.523)	2,52%	(1.828)
Capital de giro	26.096	Aumento CDI	8,48%	(2.213)	10,60%	(2.766)	12,72%	(3.319)
Debêntures	422.438	Aumento IPCA	6,51%	(27.501)	8,14%	(34.376)	9,77%	(41.251)
Total dos passivos financeiros	639.829	***	***	(41.796)	***	(52.244)	***	(62.693)
Impacto no resultado do período apresentado						(10.448)	(20.897)	

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2016	Risco	Cenários (*)					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Empréstimos e financiamentos	144.844	Redução TJLP	7,50%	10.863	5,63%	8.147	3,75%	5.432
Empréstimos e financiamentos	72.547	Redução UM-IPCA	1,68%	1.219	1,26%	915	0,84%	609
Capital de giro	26.096	Redução CDI	8,48%	2.213	6,36%	1.660	4,24%	1.107
Debêntures	422.438	Redução IPCA	6,51%	27.501	4,88%	20.626	3,26%	13.751
Total dos passivos financeiros	639.829	***	***	41.796	***	31.348	***	20.899
Impacto no resultado do período apresentado						10.448	20.897	

* Representa somente a despesa projetada pelo componente variável da taxa de juros.

KPMG
RUBRICADO PARA
FINS DE IDENTIFICAÇÃO

Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(iv) *Risco de crédito*

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Maior/2015 a Maior/2016	70.042
Garantia ampliação	Maior/2015 a Maior/2016	115.845
Operacionais	Maior/2015 a Maior/2017	40.000
Responsabilidade civil	Maior/2015 a Maior/2016	26.500
Engenharia	Maior/2015 a Nov./2016	25.968

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra Terceiros (Danos Materiais, Corporais e Morais).

27 Benefícios a empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da empresa conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo,



Notas Explicativas

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016

bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

28 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/ operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

29 Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na nota explicativa nº 26.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Edital nº 006/08 Concorrência Pública Internacional. Consideramos que a Companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

30 Compromissos

Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária, portanto em 27 de junho de 2013 foi publica no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Esse montante a realizar em 31 de março de 2016 totaliza R\$ 910.650 valor nominal.



Notas Explicativas

*ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Informações trimestrais em
31 de março de 2016*

31 Demonstrações de fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7.

Durante o período findo em 31 de março de 2016 a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 7.126, dos quais R\$ 356 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado - fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

* * *

Diretoria

Marcos Máximo de Novaes Mendonça
Diretor Financeiro

José Efraim Neves da Silva
Diretor Administrativo

Ricardo de Souza Adenes
Diretor de Relações com Investidores

Antônio Vieira Netto
Diretor de Engenharia

Heloisa Custódio de Oliveira
Diretora de Operações

Conselho da Administração

Antônio Roberto Beldi
Henrique Constantino
Ricardo Constantino
Ricardo de Souza Adenes

Contador

Marcelo Carlos Biancolini
Contador - CRC/SP nº 1SP236252/O-0



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Lins - São Paulo

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.


Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações trimestrais tomadas em conjunto.

São Carlos, 13 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7



Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e também com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09.



Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, KPMG Auditores Independentes, não prestaram durante o período findo em 31 de março de 2016 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

